

PÓS-GRADUAÇÃO

6.^a EDIÇÃO

DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL

EDIÇÃO ONLINE



CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO



CONSELHO REGIONAL
DO PORTO

ARBDT

Associação
Portuguesa de
Direito do Trabalho

CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL

COORDENADORES CIENTÍFICOS

Catarina de Oliveira Carvalho

Milena da Silva Rouxinol

CORPO DOCENTE

Ana Cristina Costa

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Ana Lambelho

Instituto Politécnico de Leiria

Ana Teresa Ribeiro

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

António Frada

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

António Monteiro Fernandes

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

António Nunes de Carvalho

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa

Bélen Fernandez Docampo

Faculdade de Ciências Jurídicas e do Trabalho da Universidade de Vigo

Bruno Mestre

Magistrado Judicial

Carlos Domingues

Subdiretor Geral da DGERT

Catarina de Oliveira Carvalho

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Catarina Gomes Santos

Faculdade de Direito, Escola do Porto, da Universidade Católica Portuguesa

Catarina Serra

Juíza Conselheira

David Carvalho Martins

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Duarte Abrunhosa e Sousa

Advogado/CJE

Filipa Calvão

Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados/Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Jaime Cabeza Pereiro

Faculdade de Ciências Jurídicas e do Trabalho da Universidade de Vigo

Joana Nunes Vicente

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Joana Vasconcelos

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa

João Leal Amado

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

João Reis

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

João Soares Almeida

Advogado

João Zenha Martins

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

José João Abrantes

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Júlio Gomes

Juiz Conselheiro/Faculdade de Direito, Escola do Porto, da Universidade Católica Portuguesa

Luís Gonçalves da Silva

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Lúisa Andias Gonçalves

Instituto Politécnico de Leiria

Maria do Rosário Palma Ramalho

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Maria Irene Gomes

Escola de Direito da Universidade do Minho

Milena Rouxinol

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Nuno Sousa e Silva

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Paula Ponces Camanho

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto; Advogada

Paulo Pichel

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto;

Advogado

Paulo Sousa Pinheiro

Advogado/Docente Universitário

Pedro Furtado Martins

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa;

Advogado

Pedro Madeira de Brito

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ricardo Nascimento

Advogado

Rita Canas da Silva

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa

Rita Garcia Pereira

Advogada

Rui Valente

Advogado

Teresa Coelho Moreira

Escola de Direito da Universidade do Minho

DESTINATÁRIOS

Advogados, juristas, juristas de empresa, magistrados, técnicos de recursos humanos, empresários e outros profissionais da área da gestão de empresas titulares de uma licenciatura.

— PLANO DE ESTUDOS

- Contrato de trabalho: qualificação, presunção legal e figuras afins
- Ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho
- Lei aplicável ao contrato de trabalho internacional e destacamento de trabalhadores
- Lei aplicável ao contrato de trabalho internacional e destacamento de trabalhadores
- Livre circulação de trabalhadores
- Conceito de trabalhador no Direito europeu
- Direitos de personalidade do trabalhador e tecnologias de informação
- Direitos de personalidade do trabalhador e tecnologias de informação
- Regulamento Geral de Proteção de Dados
- Igualdade e não discriminação dos trabalhadores no Direito europeu
- Igualdade e não discriminação dos trabalhadores no Direito português
- Assédio moral e sexual no trabalho
- Proteção da parentalidade
- Proteção da parentalidade
- Trabalho de menores, trabalhador com capacidade de trabalho reduzida, com deficiência ou doença crónica
- Trabalhador estudante
- Formação do contrato de trabalho e regime das cláusulas contratuais gerais. Condições de validade e alguns problemas em torno da invalidade (parcial) do contrato de trabalho
- Período experimental
- Formação profissional
- Objeto do contrato de trabalho, mobilidade funcional e categoria profissional
- Local de trabalho e mobilidade geográfica
- Cláusulas de limitação da liberdade de trabalho
- Contrato de trabalho a termo resolutivo
- Contrato de trabalho a termo resolutivo
- Comissão de serviço
- Teletrabalho
- Contrato de trabalho temporário
- Trabalho a tempo parcial e trabalho intermitente
- Duração e organização do tempo de trabalho
- Duração e organização do tempo de trabalho
- Duração e organização do tempo de trabalho
- Férias, feriados e faltas
- Férias, feriados e faltas
- Retribuição
- Tutela do crédito retributivo
- Segurança e saúde no trabalho
- Segurança e saúde no trabalho
- Efeitos laborais da transmissão de unidade económica
- Suspensão do contrato de trabalho
- Suspensão do contrato de trabalho
- Cedência ocasional de trabalhadores
- Grupos empresariais e societários - incidências laborais
- Caducidade do contrato de trabalho
- Revogação do contrato de trabalho
- Insolvência e recuperação de empresas: efeitos laborais do RERE
- Insolvência e recuperação de empresas: efeitos laborais do RERE
- Despedimento por facto imputável ao trabalhador: a justa causa disciplinar
- Poder, procedimento e sanções disciplinares. O procedimento disciplinar para despedimento

- O procedimento disciplinar para despedimento
- O procedimento disciplinar para despedimento
- Despedimento coletivo
- Despedimento por extinção do posto de trabalho
- Despedimento por inadaptação
- Fundo de Compensação do Trabalho, Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho e Mecanismo Equivalente
- Ilícitude do despedimento
- Cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador
- Relação entre fontes de regulação e princípio do tratamento mais favorável
- Fontes específicas de Direito do Trabalho: os IRCT negociais e não negociais. Alguns problemas relativos às portarias de extensão
- Convenção coletiva de trabalho: eficácia subjetiva
- Convenção coletiva de trabalho: eficácia temporal
- Interpretação das convenções coletivas de trabalho e controlo de constitucionalidade. Usos laborais
- Liberdade sindical
- Estruturas de representação coletiva dos trabalhadores na empresa
- Direito de greve
- Conflitos coletivos e meios de resolução dos mesmos
- O papel da Administração do Trabalho na mediação de conflitos coletivos
- Princípios gerais de Segurança Social
- Proteção social na doença e na parentalidade
- Principais aspetos substantivos do Código Contributivo
- Principais aspetos procedimentais do Código Contributivo
- Proteção social no desemprego
- Aspetos fiscais do trabalho por conta de outrem: tributação e contribuições
- Aspetos fiscais do trabalho por conta de outrem: tributação e contribuições
- Contraordenações laborais
- Contraordenações laborais

— PROPINA GERAL

Candidatura: 100€

Propina: 10 propinas de 185€ (pagamento de setembro 2020 a junho 2021). Está prevista a aplicação de um desconto de 10% no valor das propinas (não cumulativo), para os seguintes casos:

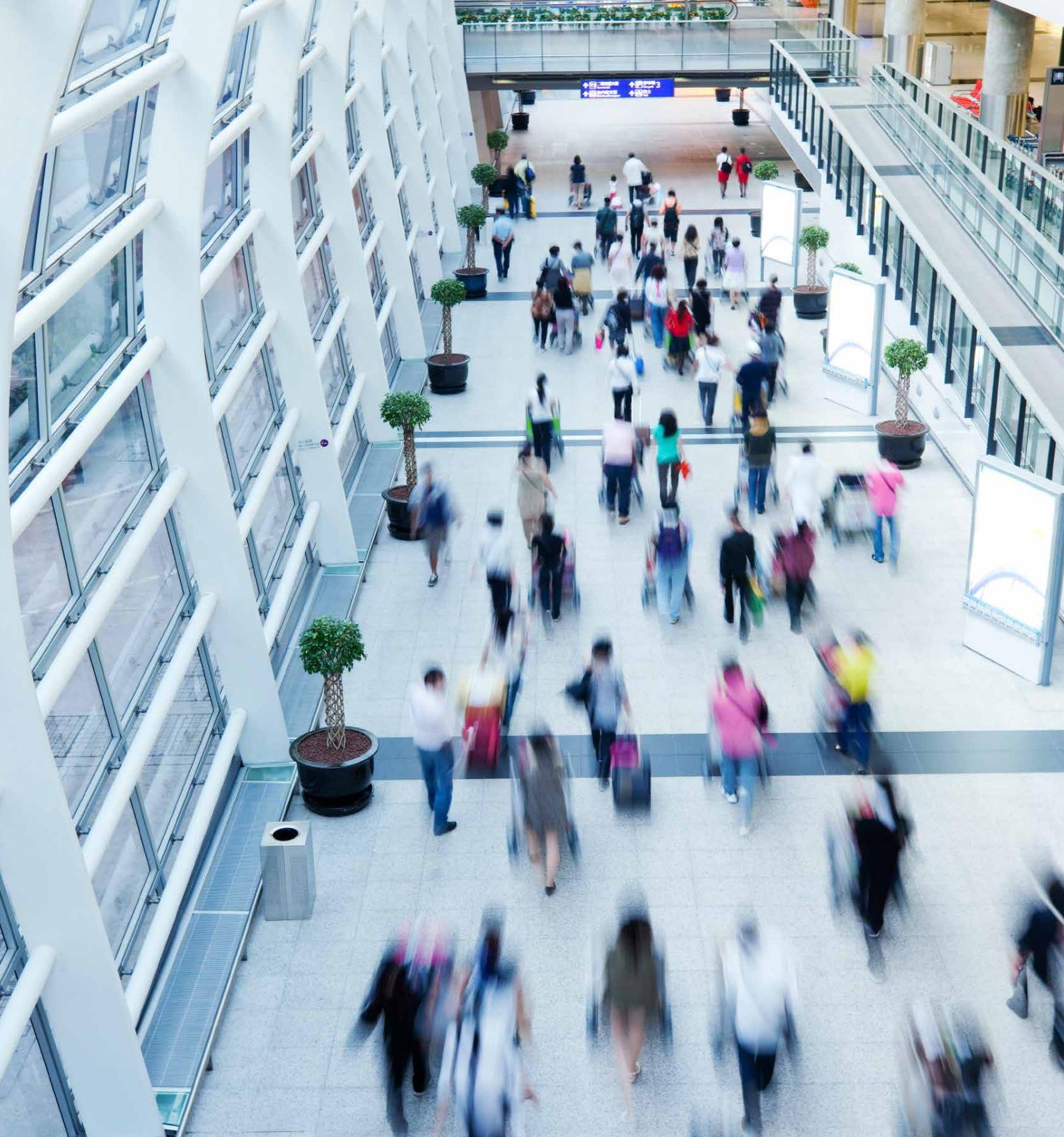
- Alunos e ex-alunos da UCP (licenciatura, mestrado e doutoramento);
- Associados da APODIT – Associação Portuguesa de Direito do Trabalho;
- Advogados e advogados estagiários inscritos no Centro Regional do Porto da Ordem dos Advogados;
- Magistrados.

— CARGA HORÁRIA

As aulas realizam-se por norma às quintas e sextas-feiras das 18h00 às 20h00 (eventualmente até às 21h00). Excecionalmente poderão decorrer ao sábado de manhã. **As sessões decorrerão em formato Online.**

— DURAÇÃO

O curso tem início a 18 de setembro de 2020 e termina a 26 de junho de 2021, totalizando 164 horas letivas, mais 96 horas atribuídas à elaboração do trabalho final de avaliação ou preparação para o exame escrito (em função da modalidade de avaliação escolhida pelo discente).



CATÓLICA FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

CONTACTOS

Estudos Avançados e Formação

e | formacao.avancada@porto.ucp.pt

t | 226 196 202/243

fd.porto.ucp.pt